

# MULHERES ANARQUIVADAS: A REPRESENTATIVIDADE DOS ARQUIVOS PESSOAIS DE MULHERES NA CIDADE DE JOÃO PESSOA (PB)

## ACHIVED WOMEN: THE REPRESENTATIVENESS OF WOMEN'S PERSONAL ARCHIVES IN THE CITY OF JOÃO PESSOA (PB)

**Danuzia Rodrigues Cordeiro Maria-  
no**

**ORCID:** <https://orcid.org/0009-0006-1061-5481>

Graduada em Arquivologia pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Brasil.

Arquivista no Centro de Ciências Médicas da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil.

E-mail: danuzamariano@hotmail.com

**Ana Cláudia Cruz Córdula**

**ORCID:** <https://orcid.org/0000-0001-6641-5557>

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil.

Professora adjunta do Departamento de Ciência da Informação da UFPB, Brasil. Professora do Programa de Pós-graduação em Gestão de Documentos e Governança Arquivística (PPGDARQ) da Universidade Estadual da Paraíba e da Universidade Federal da Paraíba (UEPB/UFPB), Brasil .

E-mail: acccordula@gmail.com

## Carla Maria de Almeida

**ORCID:** <https://orcid.org/0000-0001-7663-3224>

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil.

Professora adjunta do Departamento de Ciência da Informação da UFPB, Brasil.

E-mail: [carlaa\\_almeida@hotmail.com](mailto:carlaa_almeida@hotmail.com)

## Vancarder Brito Sousa

**ORCID:** <https://orcid.org/0000-0001-5593-3172>

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (PPGS-UFPB), Brasil.

Professor do departamento de Ciências Biológicas da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Brasil. Professor colaborador no curso de Arquivologia da UEPB, Brasil. Docente do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Governança Arquivística (PPGDARQ) da Universidade Estadual da Paraíba e da Universidade Federal da Paraíba (UEPB/UFPB), Brasil.

E-mail: [vancarder@servidor.uepb.edu.br](mailto:vancarder@servidor.uepb.edu.br)

**RESUMO:** Em um estudo prévio, constatou-se a discrepância entre o quantitativo de arquivos pessoais de homens e mulheres na cidade de João Pessoa. A incipiência de arquivos pessoais de mulheres no município pode ser compreendida como reflexo de um processo histórico patriarcal. O presente artigo tem como objetivo apresentar dois arquivos pessoais de mulheres custodiados em entidades mantenedoras na cidade de João Pessoa, capital da Paraíba: o de Lourdinha Luna e o de Jemima Marques. Como fundamentação teórica, considera-se a escassez de acervos de mulheres à luz das perspectivas da decolonialidade e da história do patriarcado, problematizando as estruturas que contribuem para a perpetuação da invisibilidade feminina na história e na memória coletiva. A metodologia segue uma abordagem de natureza qualitativa e descritiva, utilizando como fontes pesquisas bibliográficas e documentais. A identificação de apenas dois acervos revela a baixa representatividade de arquivos de mulheres na capital paraibana, demonstrando a necessidade de ampliar esforços e estudos para a valorização e o reconhecimento desses arquivos. Os arquivos pessoais aqui apresentados evidenciam aspectos não apenas da vida pessoal de suas titulares, mas também apontam trajetórias de atuação política e literária. Identificou-se que Jemima Marques foi uma professora do ensino superior com forte atuação na política e na educação, enquanto Lourdinha Luna integrou a Academia Feminina de Letras e Artes da Paraíba e a Academia de Letras de Areia (PB).

**PALAVRAS-CHAVE:** arquivos pessoais; arquivos de mulheres; mulheres paraibanas.

**ABSTRACT:** A previous study found a discrepancy between the number of personal archives of men and women in the city of João Pessoa. The scarcity of women's personal archives in the municipality can be understood as a reflection of a patriarchal historical process. This article aims to present two personal archives of women held by institutions in the city of João Pessoa, capital of Paraíba: those of Lourdinha Luna and Jemima Marques. As a theoretical basis, we consider the scarcity of women's collections in light of the perspectives of decoloniality and the history of patriarchy, problematizing the structures that contribute to the perpetuation of female invisibility in history and collective memory. The methodology follows a qualitative and descriptive approach, using bibliographic and documentary research as sources. The identification of only two collections reveals the low representation of women's archives in the capital of Paraíba, demonstrating the need to expand efforts and studies for the appreciation and recognition of these archives. The personal archives presented here highlight aspects not only of the personal lives of their owners, but also point to trajectories of political and literary activity. It was identified that Jemima Marques was a higher education teacher with a strong role in politics and education, while Lourdinha Luna was a member of the Women's Academy of Letters and Arts of Paraíba and the Academy of Letters of Areia (PB).

**KEYWORDS:** personal archives; women's archives, women from Paraíba.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo surge como temática associada ao projeto de pesquisa desenvolvido junto ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Governança Arquivística (PPGDARQ - UFPB/UEPB), no qual se estuda o arquivo de Lourdinha Luna. O despertar para essa seara deu-se a partir do contato com uma pesquisa de iniciação científica da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), coordenada pela Professora Dra. Ana Cláudia Cruz Córdula, no ano de 2023, que teve como objetivo mapear os arquivos pessoais localizados na cidade de João Pessoa, capital da Paraíba. Nessa pesquisa, foram mapeados 55 (cinquenta e cinco) arquivos pessoais, sendo 52 (cinquenta e dois) de homens e apenas três de mulheres.

No universo do patrimônio documental paraibano, o número de três arquivos de mulheres causou inquietação, provocando questionamentos acerca da discrepância em relação ao quantitativo de arquivos pessoais de homens na capital paraibana. Diante dessa realidade, constatou-se a necessidade de ampliar as discussões científicas em torno dos arquivos pessoais de mulheres, cujo estudo se fortalece nas reuniões do Grupo de Estudos e Pesquisa em Arquivo, Memória, Responsabilidade e Justiça Social (GEPAMER), vinculado ao curso de Arquivologia da UFPB.

A incipiência de arquivos pessoais de mulheres na cidade de João Pessoa pode ser compreendida como um reflexo de um processo histórico patriarcal, conforme destacado pela historiadora Michelle Perrot (1989). A autora enfatiza que essa ausência está intrinsecamente ligada à narrativa histórica hegemônica que, ao longo do tempo, marginalizou as mulheres, especialmente nos âmbitos social, político, cultural e religioso. As relações de poder e de gênero têm mantido essas mulheres ausentes da participação ativa na construção da memória social. Dessa forma, percebe-se que o protagonismo na história foi amplamente monopolizado por figuras masculinas cis e brancas, como reis, príncipes, guerreiros, clérigos, entre outros.

Diante desse contexto, é necessário refletir sobre as construções memoriais

de mulheres a partir de seus arquivos pessoais, de modo a compreender suas memórias foram “anarquivadas”.

O termo “anarquivada” se inspira no conceito de “anarquivamento”, de Derrida (2001). Ao observar a natureza paradoxal do arquivo, o autor chama a atenção para o fato de que, apesar de o arquivo ser tradicionalmente visto como um local de preservação e ordem, está inevitavelmente sujeito às forças de desordem e esquecimento. A ideia central de anarquivamento, refere-se à tensão entre preservação e destruição, entre organização e desintegração. O cerne de sua reflexão, que aqui nos interessa, é a observação de que o arquivo não é apenas um repositório passivo de informações, mas um espaço dinâmico, onde o passado é constantemente reinterpretado e reconfigurado. Assim, o “mal de arquivo”, expressão que dá nome ao livro, seria um impulso destrutivo inerente ao próprio ato de arquivar, uma vez que a seleção e a organização de documentos implicam, necessariamente, a exclusão e o esquecimento de outros, no caso, de outras.

A partir disso, o arquivo como instituição de memória e poder está ligado a processos de seleção, de exclusão e de apagamento<sup>1</sup>. Derrida (2001), ao discutir o “mal de arquivo” e o conceito de “anarquivamento”, revela como o arquivo constitui um espaço em que certas vozes e histórias são privilegiadas, enquanto outras são marginalizadas ou apagadas. Essa dinâmica é particularmente relevante quando consideramos a histórica ausência ou sub-representação de mulheres nos arquivos tradicionais, conforme observado em João Pessoa (PB).

1

Por esses processos - seleção, exclusão e apagamento, entende-se aqui em uma perspectiva ampla e social, além dos determinados pela aplicabilidade da Tabela de Temporalidade Documental.

Dos três arquivos encontrados, visitamos pessoalmente cada um deles para compreender a realidade documental, o processo de doação, as trajetórias das titulares, entre outras informações abordadas em nossa análise. No entanto, percebeu-se que o acervo pessoal de Neuma Fachine, na realidade, não se trata de um arquivo pessoal, mas sim de uma coleção de cordéis doados por ela, em vida, para compor a coleção de cordel da Biblioteca da Fundação Casa de José Américo, sendo, portanto,

desconsiderado no presente trabalho.

Os outros dois acervos, tratam da vida de duas funcionárias públicas: uma federal e uma estadual. Jemima Marques foi professora universitária, enquanto Maria de Lourdes de Lemos Luna, mais conhecida como Lourdinha Luna, foi historiadora e escritora. A partir disso, o presente artigo tem como objetivo apresentar dois arquivos pessoais de mulheres que estão custodiados em entidades mantenedoras na cidade de João Pessoa, capital da Paraíba: o de Lourdinha Luna e o Jemima Marques.

Para alcançar nosso objetivo, o percurso metodológico será baseado em uma abordagem de natureza qualitativa e descritiva, utilizando como fontes de informação pesquisas bibliográfica e documental.

## 2 ARQUIVOS PESSOAIS: ASPECTOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS

Na literatura brasileira, ainda nas décadas de 1970 e 1980, o conceito de arquivo pessoal frequentemente se confundia com a noção de privacidade, conforme observa Campos (2024). A literatura mais recente tem se dedicado a explicitar e delimitar as distinções entre os diversos tipos de arquivos, baseando-se tanto na etimologia dos termos quanto nas categorizações legais e jurídicas que os definem. Córdula, Almeida e Oliveira (2020), por exemplo, apresentam uma distinção entre arquivos pessoais privados, privativos e públicos. As autoras ressaltam que a trajetória dos arquivos pessoais é permeada por uma dualidade: de um lado, o caráter privado, que se manifesta na construção desses arquivos enquanto fundos abertos; de outro, o caráter público, que adquire relevância quando esses arquivos são incorporados por instituições públicas de custódia.

Campos (2024), ao realizar um balanço da produção literária sobre arquivos pessoais na Base de Dados em Ciência da Informação (Brapci), identifica um aumento significativo nas publicações dedicadas ao tema. De acordo com o autor, os arquivos pessoais têm se firmado enquanto objeto do campo da Arquivologia, ampliando as discussões sobre o tema pautado nas questões metodológicas e teóricas.

Arquivos pessoais são conjuntos documentais produzidos, acumulados e organizados por uma pessoa física ao longo de sua vida, resultantes de suas atividades, interesses e experiências. Esses documentos, refletem aspectos variados da trajetória do/da indivíduo/a, abrangendo esferas pessoais, profissionais, sociais e culturais, e podem incluir documentos de diferentes gêneros e espécies, sendo, portanto, comumente reconhecidos como arquivos especiais.

Os arquivos pessoais não apenas documentam a trajetória de vida de quem o produziu, eles servem como janelas para compreender os contextos sociais, históricos, culturais e políticos nos quais estavam inseridas as pessoas titulares. Isso porque, encontramos ali registros que testemunham a vida da pessoa titular em interação com a sociedade, os lugares, etc, “Os registros, sob qualquer forma, nos oferecem, em primeiro lugar, testemunhos de nossas interações com os outros, no contexto de nossas próprias vidas e no lugar que ocupam nas deles” (Mckemmish, 2013, p.24)

Com isso, os arquivos pessoais apresentam características subjetivas, refletindo as escolhas, hábitos e prioridades de quem os produziu e/ou organizou. Esse aspecto faz do arquivo pessoal um lugar que revela a singularidade, aspectos da identidade de seu/sua titular, e mais, como destaca Mckemmish (2013, p.29), “Produzir e manter registros atesta nossas vidas, evidencia, representa e memorializa nossas interações e relacionamentos; e nos situa no mundo”.

Para Camargo (2009), a singularidade própria dos arquivos pessoais é precisamente aquilo que os torna valiosos, pois oferece uma perspectiva íntima e única sobre a experiência humana, por esse motivo, os arquivos pessoais merecem ser integrados ao campo arquivístico, uma vez que são fontes potenciais para ampliar a compreensão das múltiplas dimensões da memória e da história.

Ainda, Camargo (2009) destaca os desafios específicos relacionados à gestão, preservação e acesso aos arquivos pessoais, como a identificação do valor documental e a necessidade de estratégias adequadas para lidar com materiais nos quais se combinam aspectos públicos e privados, especialmente no que tange às questões

éticas relacionadas à privacidade e à memória individual. Heymann (2009) também chama a atenção para o olhar que as/os arquivistas devem ter ao tratar com os arquivos pessoais. Para a autora, determinados métodos desenvolvidos em arquivos institucionais devem ser revistos, considerando a diversidade e especificidade desses acervos, especialmente no que concerne ao contexto de acumulação.

Na Paraíba, os estudos acerca de arquivos pessoais seguem dando frutos por meio de publicações de artigos científicos e de livros, como é o caso da obra *Vidas Desarquivadas: memórias que narram arquivos privados pessoais*, organizada por Ana Cláudia Cruz Córdula, Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira e Maria Nilza Barbosa Rosa (2019), a qual reúne textos sobre arquivos pessoais, seus titulares e a memória desses acervos.

No campo dos estudos de arquivos pessoais, destaca-se a especificidade dos arquivos pessoais de mulheres. Historicamente relegadas ao espaço privado, as mulheres, cujas contribuições foram por muito tempo invisibilizadas, tiveram suas trajetórias consideradas menos relevantes para a memória coletiva. Isso reflete a desigualdade de gênero na documentação histórica, a qual se manifesta no reduzido número de arquivos de mulheres na cidade de João Pessoa (PB). Tal aspecto chama ainda mais a atenção quando observamos as categorias interseccionais de raça, de classe e de gênero, nas quais se constata a ausência representativa de diversidade. Com isso, o presente estudo se propõe contribuir para o estudo sobre arquivos e mulheres, de modo a pautar a visibilidade sobre o assunto e reconhecer o papel das mulheres na construção da sociedade.

### **3 ARQUIVOS DE MULHERES: SILENCIAMENTOS E PERSPECTIVAS**

Ao longo da história, os documentos têm auxiliado na consolidação e na perpetuação do poder colonizador e das elites. Tais registros, mediante os quais se reforçaram prestígios e autoridades, funcionaram como instrumentos por meio dos quais se exerceu o controle, a seleção e a manipulação das informações preservadas.

Essa dinâmica apresenta o uso dos arquivos como repositórios de memória e como ferramentas de dominação e de exclusão, por meio das quais foram marginalizadas vozes e perspectivas dissidentes, resultando no silenciamento de grupos sociais menos representados.

No esforço de compreender tal dinâmica, os estudos sobre o patriarcado e a decolonialidade têm contribuído para problematizar os silenciamentos e exclusões direcionados às mulheres. Diversas historiadoras se destacam nessa investigação, cujos enfoques analisam a construção histórica, social e cultural do patriarcado. Gerda Lerner (2019), autora de *A Criação do Patriarcado*, figura entre as pioneiras na formulação de uma história das mulheres pautada no entendimento do patriarcado como processo histórico, não natural, de organização social, econômica e cultural, dentro do qual se estruturou a dominação masculina e a subordinação das mulheres.

Segundo a autora, diversos estudos indicam que as mulheres desempenharam funções importantes na formação das sociedades e na construção das civilizações, funções por meio das quais contribuíram para a preservação da memória coletiva e para o legado cultural e histórico.

Silvia Federici (2017), autora de *Calibã e a Bruxa*, analisa de que forma o patriarcado consolidou-se em articulação com o capitalismo, destacando a repressão às mulheres como parte da lógica da acumulação primitiva. Por sua vez, Mary Beard (2018), em *Mulheres e Poder*, examina os modos pelos quais a voz das mulheres foi historicamente silenciada, articulando tal fenômeno às estruturas patriarcais. Judith Butler (2018), cuja produção é mais associada à teoria *queer* e aos estudos de gênero, discute em *Problemas de Gênero* as normas pelas quais se moldam identidades e comportamentos, normas essas ancoradas no paradigma patriarcal. Essas autoras oferecem perspectivas diversas e densas sobre o patriarcado, no qual é analisado desde suas origens e desdobramentos até suas expressões contemporâneas.

Dessa maneira, torna-se perceptível o modo pelo qual o patriarcado reforça o apagamento das mulheres nos acervos documentais, fenômeno cuja manifestação é observada na escassez de arquivos produzidos e preservados por mulheres, em

contraste com a predominância de acervos pertencentes a homens cis brancos. Ao longo dos séculos, tal estrutura organizou as relações de gênero mediante mecanismos de poder cujos efeitos legitimam e perpetuam desigualdades sociais e de classe.

A ausência de arquivos de mulheres no Brasil<sup>2</sup> e especificamente em João Pessoa (PB), reflete as profundas marcas deixadas por um sistema colonial – enquanto projeto civilizatório, que estruturou o poder em torno da hierarquização de saberes, memórias e corpos, como aponta Lugones (2019, p.361)

2

Souza (2023) ao fazer um levantamento sobre os arquivos pessoais de mulheres nas principais instituições de memória no Brasil, destacou o reduzido número destes, até o ano de 2023. No Arquivo Nacional, dos 305 fundos documentais, apenas 26 têm mulheres como titulares. Na Fundação Casa Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), dos 97 fundos, apenas dez foram produzidos por mulheres.

O projeto de transformação civilizatória justificou a colonização da memória, e, junto dela, a do entendimento das pessoas sobre si mesmas, sobre suas relações intersubjetivas, suas relações com o mundo espiritual, com a terra, com a matéria da sua concepção sobre a realidade, a identidade, e a organização social, ecológica e cosmológica.

Com isso, a colonialidade é compreendida enquanto um fenômeno amplo, que atravessa os diferentes segmentos e nichos sociais, “[...] atravessa o controle do acesso ao sexo, a autoridade coletiva, o trabalho e subjetividade/intersubjetividade, e atravessa também a produção de conhecimento a partir do próprio interior dessas relações intersubjetivas.” (Lugones, 2020, p.57).

A ótica decolonial de Aníbal Quijano (2005) se posiciona no rompimento das estruturas coloniais ainda vigentes – romper com o que aparenta ser natural, promovendo uma revalorização dos saberes, culturas e modos de vida excluídos pela lógica colonial. Todavia, o autor, não detém às questões que envolve o gênero e em como o papel da resistência das mulheres devem ser considerados a partir das intersecções que a permeiam.

Assim, a lacuna nos acervos de mulheres não é mera coincidência ou negligência, mas sim um reflexo de um processo histórico deliberado, que silenciou e apagou as vozes e trajetórias de mulheres cujas existências e lutas não se alinhavam

aos interesses das elites patriarcais e coloniais. A falta de registros documentais ou de narrativas de memórias diversas, especialmente de mulheres negras, indígenas e de camadas populares, revela a exclusão sistemática dessas narrativas da esfera pública e da construção da memória oficial. Reconhecer e enfrentar essa ausência não só é fundamental para combater o monopólio do conhecimento colonial, mas também para reescrever as histórias dessas mulheres nos espaços de preservação e valorização da memória coletiva, contribuindo para a construção de uma história mais plural e inclusiva.

Foi nesse viés que Miñoso (2020) propôs um método de construção de arquivo na intenção de fazer uma genealogia da experiência feminista na América Latina. Nesse constructo, documentos resultantes tanto a experiência da autora, como de outras experiências foram consideradas, em que foram considerados documentos diversos, que revelasse informações acerca de projetos, eventos, coletivos, mas que tratasse também, da “[...] memória de afetos, de imagens, de sentimentos, mas também de palavras ditas e silêncios, de análises compartilhadas em jornada de reflexão política [...]” (Miñoso, p. 105, 2020). A experiência desenvolvida por Miñoso (2020) suscita olhar para o arquivo mais como lugar que requer ser questionado, do que como o que fundamenta a explicação.

Nessa esteira, discutir os arquivos de mulheres é reconhecer que, frequentemente, esses documentos estão dispersos e fragmentados em diferentes instituições ou, ainda, confinados ao âmbito dos arquivos familiares, com acesso restrito ao público. Isso ocorre porque, assim como a historiografia tradicional privilegiou determinados grupos e indivíduos em suas narrativas, os acervos também refletem essa tendência na preservação documental. Compreender essa lógica de exclusão como um elemento que molda os acervos históricos é entender que eles são formados em um contexto de silenciamento das mulheres, ou, nas palavras de Frederico (2022, p.285), “[...] entender o arquivo como o lugar da falta, visto que não é capaz de abarcar a completude.” que é resultado de um projeto político patriarcal, que continua a influenciar atualmente a forma como a memória é organizada e preservada.

Nesse contexto, Jimerson (2007) argumenta que os/as arquivistas possuem uma responsabilidade moral e profissional de atuar como agentes de equilíbrio e justiça na construção das narrativas históricas. Ele defende que é necessário adotar medidas ativas para confrontar e corrigir os vieses e preconceitos herdados de práticas arquivísticas anteriores. Essa abordagem implica a valorização de perspectivas marginalizadas, a inclusão de acervos de grupos sub-representados e a reflexão ética sobre os impactos das decisões arquivísticas na preservação e no acesso à memória coletiva. Defende, ainda, o uso dos registros e arquivos para corrigir erros sociais e apoiar causas da justiça, e a consciência de que existem outros grupos marginalizados, para além das mulheres, que não são encontrados nos acervos documentais, a exemplo da comunidade LGBTQIAP+, das pessoas negras, quilombolas, entre outras.

Diante desse cenário, é essencial refletir sobre a presença dos arquivos pessoais de mulheres nas instituições responsáveis pela salvaguarda de acervos, buscando compreender o lugar ocupado por suas experiências e memórias enquanto sujeitos históricos e representativos. Torna-se necessário investigar de que forma os arquivos têm preservado documentos relacionados às mulheres e como essas fontes registram sua contribuição na formação da memória social, além de cultivar olhares inclusivos e propositivos na hora de trabalhar as políticas de aquisição de acervos.

As relações de gênero e poder têm, historicamente, mantido as mulheres em uma posição de invisibilidade nos acervos arquivísticos. Como consequência, observa-se um claro apagamento de suas trajetórias, frequentemente relegadas a um lugar secundário ou apresentadas como complementares às histórias de homens que, em geral, ocupam o protagonismo. Nesse cenário, as memórias de mulheres acabam sendo associadas, muitas vezes de forma subordinada às figuras masculinas, como companheiros ou familiares, perpetuando a marginalização das contribuições das mulheres na narrativa histórica.

Entendemos que as arquivistas e os arquivistas podem se tornar agentes ativos de mudança, tomando medidas dinâmicas para combater os preconceitos e

as amarras das práticas arquivísticas anteriores. Essa compreensão, tem ganhado forma a partir de desenvolvimentos de projetos acadêmicos, estudos e publicações científicas, como a Rede Arquivos de Mulheres (RAM) e o Projeto TRAMA.

A RAM trata-se de um fórum colaborativo, estabelecido em 2020, por uma parceria entre pesquisadoras e pesquisadores do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da Universidade de São Paulo (USP) e do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), que reflete a preocupação com a escassez, ou mesmo a ausência, de arquivos de mulheres nas instituições de guarda documental. A rede surge “de uma demanda pela criação de estratégias para equilibrar e assegurar a presença de diferentes perfis nos acervos das instituições, como a diversidade étnico-racial, de gênero, sexualidade e de classe.” (Rede Arquivos de Mulheres – RAM)

Há também o Projeto TRAMA, uma iniciativa igualmente colaborativa, dedicada a identificar e dar visibilidade aos arquivos de mulheres, trazendo à tona suas trajetórias e seus arquivos. A iniciativa é conduzida pelo Grupo de Pesquisa Arquivos Privados e Pessoais (Grupo APP), sob a coordenação da professora Patrícia Ladeira Penna Macêdo, do Departamento de Arquivologia da UNIRIO. O grupo de pesquisa tem como objetivo elaborar um guia de arquivos históricos de mulheres, com base na análise e organização de documentos pessoais, visando valorizar e ampliar a representatividade das mulheres na memória e na história, a partir de acervos pessoais.

Citamos ainda o dossiê *História, arquivos e mulheres: perspectivas interdisciplinares*, da revista *História e Cultura*. Uma produção científica nacional, contendo um compilado de artigos feitos por pesquisadores de diversas áreas das ciências humanas e sociais, provenientes de diferentes cidades do Brasil, que analisam as interconexões entre a prática historiográfica e as práticas arquivísticas sob a ótica do gênero. O objetivo foi reunir textos que abordam a história de mulheres, movimentos coletivos e organizações femininas ou feministas, baseando-se em fontes arquivísticas. O dossiê contém quinze artigos e aborda a atuação de mulheres nos

campos político, cultural e artístico, além de examinar as representações das mulheres construídas pela imprensa e pelos discursos jurídicos e médicos.

João Pessoa, capital da Paraíba, é uma cidade com uma rica tradição literária e cultural, conhecida por ser terra de “homens de letras” e “escritores” que contribuíram de maneira significativa para a literatura brasileira. Contudo, essa mesma cidade, como muitas outras, enfrenta uma realidade preocupante: a ausência e o silenciamento dos registros de suas mulheres, que chamamos aqui de “anarquivadas”. Essa expressão reflete a exclusão sistemática das mulheres na documentação e na preservação da memória histórica e cultural.

Na trajetória da cidade, homens de letras, poetas, jornalistas e escritores têm suas contribuições amplamente reconhecidas, preservadas e difundidas em acervos públicos e privados. Suas obras e legados são tratados com destaque, contribuindo para a construção de uma narrativa literária e histórica da cidade. No entanto, o mesmo não acontece em relação às mulheres que, embora tenham desempenhado papéis importantes na cultura, na literatura e na política local, tiveram suas histórias e registros deixados à margem ou relegados a arquivos familiares, que geralmente são de difícil acesso, de modo que, é urgente que sejam desenvolvidas práticas arquivísticas inclusivas, que incentivem a preservação de documentos e fontes relacionadas às mulheres, tanto no campo da literatura quanto em outras áreas de atuação.

#### **4 ARQUIVOS DE MULHERES DA CIDADE DE JOÃO PESSOA (PB)**

O mapeamento dos arquivos pessoais na cidade de João Pessoa, fruto da pesquisa de iniciação científica anteriormente, levantou 55 (cinquenta e cinco) arquivos pessoais, sendo 52 (cinquenta e dois) de homens e apenas três de mulheres. Dos três arquivos levantados, identificamos que um se tratava de coleção, não de arquivo pessoal, sendo, portanto, desconsiderado. Nos meandros desse tópico, nos debruçamos sobre os arquivos pessoais de Lourdinha Luna e da professora

Jemima Marques.

Ambos arquivos que foram doados pelos seus familiares para as instituições onde elas trabalharam, uma estadual e outra federal. Ao adentrar nos arquivos dessas mulheres, percebemos suas participações nos campos da literatura, da história e das artes, e, também em no campo político, pela luta dos direitos sociais e civis. Nesse sentido, explanaremos a seguir os rastros que marcam a trajetória de duas mulheres.

O primeiro arquivo a ser descortinado é o de Maria de Lourdes de Lemos Luna (Figura 1), paraibana nascida na cidade de Areia (PB), conhecida no cenário literário paraibano como Lourdinha Luna.

Lourdinha Luna foi funcionária pública, integrando o quadro de funcionárias do Poder Legislativo como secretária de comissões técnicas, exerceu o posto de secretária de diversos deputados paraibanos, mas, ganhou notoriedade pela dedicação de quase duas décadas ao cargo de secretária do político e escritor José Américo de Almeida. Sua atuação junto a José Américo de Almeida iniciou-se ainda na Casa Civil, seguido de assessoria na construção das memórias do escritor, atuando em sua casa, onde atualmente funciona a Fundação Casa de José Américo de Almeida (FCJA), local de custódia do acervo do escritor.

Figura 1 - Tela a óleo e registro fotográfico de Lourdinha Luna



Fonte: Montagem elaborada a partir das imagens constantes em MEMÓRIA.doc. (2021).<sup>3</sup>

Lourdinha Luna faleceu no dia 30 de julho de 2018, aos 92 anos, vítima de embolia pulmonar. Na função de secretária, ela colaborou na elaboração de correspondências, livros, conferências e discursos. Após a morte de José Américo, ela se empenhou para que a residência do antigo ministro passasse a funcionar como uma instituição cultural e de pesquisas, sendo criada, assim, a FCJA, na qual assumiu a função de Secretária do Conselho Deliberativo.

Escritora e historiadora, Lourdinha Luna escrevia em uma coluna no jornal Correio da Paraíba e era membro da Academia Feminina de Letras e Artes da Paraíba e da Academia de Letras de Areia (PB), tendo, alguns livros publicados: *Rastros na areia: solidão e glória de José Américo* (1994), *Na varanda do Cabo Branco* (1995), *João Dantas e Anayde Beiriz: vidas diferentes, destinos iguais*

3

A imagem presente ao lado esquerdo da Figura 1, é a tela à óleo pintada pelo artista plástico Tônio. A tela inaugurou a série "Gente de Casa" que retrata personalidades paraibanas envolvidas com o universo literário, político e pessoal do patrono da Fundação Casa de José Américo

(1995), *Sucessões governamentais paraibanas indiretas* (1995), *Rádio Tabajara: um registro histórico*, *Paraíba – Nomes do século N° 17: José Américo de Almeida* (2000), *Revelações e perfis* (2003) e *José Américo de Almeida em quadrinhos* (2010). São obras nas quais, em sua maioria, a autora narrou fatos protagonizados por José Américo ao longo da vida, contribuindo para a difusão da obra do autor.

**Figura 2** - José Américo e Lourdinha Luna na Academia Brasileira de Letras (1967)



**Fonte:** Acervo Pessoal José Américo de Almeida.

O acervo de Lourdinha Luna encontra-se sob a responsabilidade e curadoria da FCJA, que recebeu a doação da filha da titular, meses após seu falecimento, no ano de 2019. O acervo é composto pelo Arquivo Pessoal de Lourdinha Luna e pela sua biblioteca pessoal.

O conjunto documental arquivístico contém aproximadamente 3.385 docu-

mentos, predominantemente do gênero textual, que estão organizados em dezesseis caixas-arquivo. Há, também, documentos do gênero tridimensional, como sua máquina de datilografia (Figura 3).

Figura 3: Máquina de datilografia de Lourdinha Luna



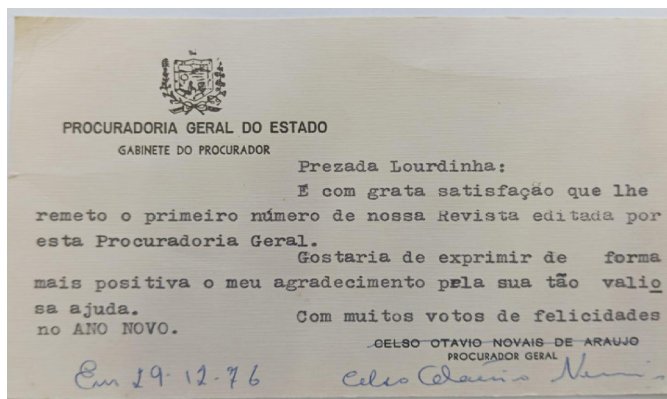
Fonte: Arquivo Pessoal Lourdinha Luna

O arquivo da escritora encontra-se em fase de organização e elaboração de instrumentos de pesquisa. A documentação presente no fundo Lourdinha Luna representa memórias de sua trajetória, mas, sobretudo, traz em seus meandros memorialísticos a contribuição da titular na literatura e no jornalismo, além de evidenciar sua atuação ativa enquanto secretária de José Américo de Almeida, revelando, por meio das informações que registradas nos documentos, a memória social em torno das questões políticas, sociais e culturais da cidade de João Pessoa (PB), bem como sua luta e sua contribuição para a constituição e o funcionamento da Fundação Casa de José Américo.

O arquivo revela as redes de sociabilidade da titular, demonstrando que, enquanto atuante como secretária, Lourdinha Luna cultivou relações de amizade com distintas personalidades. Essas relações aparentam ser construídas para além da tutela de José Américo de Almeida, mantidas e cultivadas pela própria Lourdinha Luna em sua trajetória. Na correspondência enviada pelo procurador geral da

Paraíba (Figura 4), o mesmo lhe entrega o primeiro número da revista editada pela procuradoria, ao tempo em que agradece a ajuda da endereçada.

**Figura 4:** Correspondência do procurador geral da Paraíba para Lourdinha Luna (1976)



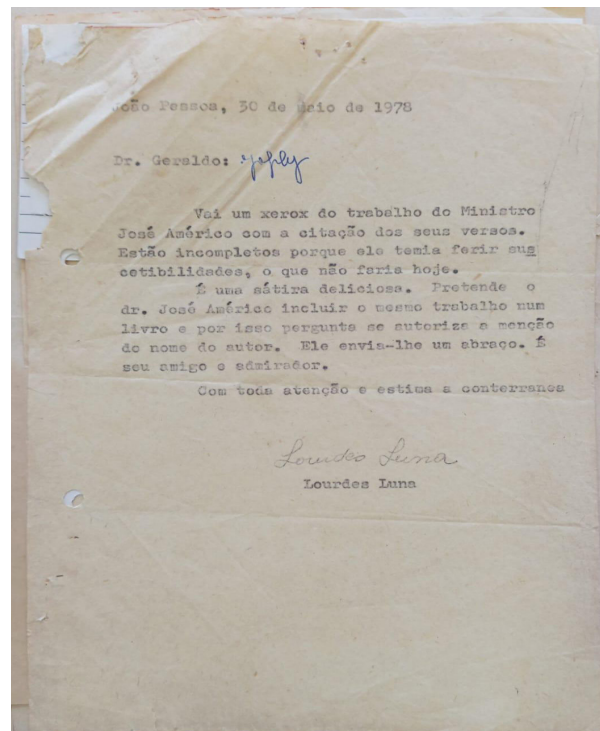
**Fonte:** Arquivo Pessoal Lourdinha Luna

Também, através da correspondência endereçada o escritor Geraldo Irenêo Joffily<sup>4</sup>, apresetada na Figura 5, na qual a remetente e titular do arquivo aqui abordado emite além da mensagem de José Américo de Almeida, que trata solicitação da autorização de inclusão dos versos do escritor no livro de José Américo de Almeida, a opinião da escritora, informando ao remetente que o livro era “uma sátira deliciosa”.

**4**

Sobre Geraldo Irenêo Joffily: Nos anos 1970 publicou alguns artigos na Revista de História, escritos sobre a Paraíba, como “O quebra-quilo: a revolta dos matutos contra os doutores (1874)” e “A inscrição fenícia da Paraíba”: um documento apócrifo que há quase cem anos repercutindo nos maiores centros de paleografia do mundo”, mas também, sobre história de Pernambuco, com “Branca Dias, legendária vítima da Inquisição” e literatura, como “Euclides da Cunha e a rodovia transamazônica”.

**Figura 5:** Correspondência de Lourdinha Luna para o escritor Geraldo Irenêo Joffily.



Fonte: Arquivo Pessoal Lourdinha Luna

Pela breve apresentação das correspondências enviadas e recebidas por Lourdinha Luna (Figuras 4 e 5), bem como por sua atuação no cenário literário paraibano, além da responsabilidade admitida na FCJA, informam que sua trajetória foi além do cargo de uma mera e passiva secretária de um político renomado, mas, ela construiu, nesse cargo, suas relações e atuações, nas quais percebemos a relevância no campo da literatura, história, política e cultura na Paraíba.

O outro acervo mapeado é o da professora Jemima Marques de Oliveira, docente do Departamento de Ciência da Informação da UFPB e bibliotecária, cuja atuação se destacou na política universitária e no movimento associativo na área de Biblioteconomia. De acordo com Costa (2024), Jemima nasceu em Pesqueira (PE), em 15 de novembro de 1964. cursou Biblioteconomia na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e concluiu o mestrado, também em Biblioteconomia, na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), nos anos 2000. Para além de sua vida

acadêmica, dedicou-se a elevar o cenário do livro, da leitura, da biblioteca e da cultura na Paraíba (Costa, 2024). Defendeu a criação do Sistema Municipal de Bibliotecas de João Pessoa (PB), criou o Grupo Povo do Livro da Paraíba, dedicado às discussões acerca das políticas públicas e privadas na área da cultura para o estado, gerenciou ainda o Fórum do Livro, Leitura e Biblioteca (FLITECA), além do Projeto João Pessoa: cidade leitora.

A professora Jemima Marques faleceu aos 49 anos, em 9 de abril de 2014, vítima de infarto. Parcela de seu arquivo pessoal – o montante presente em seu ambiente docente, foi doado para a UFPB. Inicialmente o arquivo foi alocado no Núcleo de Documentação e Informação Histórico-Regional (NDIHR), em seguida, para o Arquivo Central da UFPB e, por fim, encaminhado para a custódia da Coordenação do Curso de Arquivologia da UFPB, estando atualmente no Arquivo Escola<sup>5</sup> do referido curso, localizado no Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da UFPB.

5

O Arquivo Escola é parte da infraestrutura didático-pedagógica do curso de Arquivologia, oferecendo suporte ao processo de ensino-aprendizagem por meio de atividades teórico-práticas.

Compreendendo que “o arquivo não é somente um repositório para documentos do passado, mas também um lugar onde o passado é construído e produzido” (Assmann, 2011, p. 25), reforçamos essa íntima relação que ele possui com a memória, ao passo que é, ao mesmo tempo, guardião e referenciador do passado. Portanto, o acervo de Jemima Marques nos revela, por meio da documentação, não apenas suas memórias individuais, mas, sobretudo, sua contribuição para a área da Biblioteconomia, da política pessoense e sua luta em prol das mulheres.

Os documentos que compõem o acervo possuem diversos gêneros documentais, entre eles: textuais, sonoros, iconográficos, microfilmes, tridimensionais. Quanto às espécies documentais, identificam-se ofícios, Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), portarias, certidões, protocolos, resoluções, certificados, revistas, correspondências, entre outros. Os documentos estão organizados em dez prateleiras do arquivo deslizante do Arquivo Escola, garantindo sua preservação e facilitando o acesso para fins educacionais e de pesquisa. São documentos que refletem a vida

acadêmica, pessoal, política e cultural da titular.

O acervo também revela fortemente o lado materno da professora Jemima Marques, que era mãe de dois filhos, uma menina e um menino. Em seu arquivo, constam agendas escolares dos filhos (Figura 6), bilhetes com demonstrações de afeto dos filhos para ela, além de algumas fotografias familiares.

Figura 6: Agenda do filho Iago.



Fonte: Acervo Jemima Marques.

Por meio dos documentos, observamos a forte relação que a professora tinha com a cultura, expressa de forma singular em seu arquivo pessoal por meio de um conjunto de cordéis.

Esses documentos, revelam um olhar atento e sensível para temas diversos, com destaque especial para as narrativas que celebram a mulher e as manifestações culturais do nordeste (Figura 7).

Figura 7 - Cordéis sobre Anayde Beiriz e sobre a mulher no cangaço.



Fonte: Acervo Jemima Marques.

O arquivo pessoal da professora Jemima Marques também revela a veia política que permeou sua trajetória. Sua atuação engajada se manifestou em diversas frentes, desde a colaboração ativa na Associação Paraibana de Biblioteconomia, impulsionando o desenvolvimento da área, até a liderança na coordenação do curso de graduação em Biblioteconomia da UFPB, onde defendeu com vigor os interesses da biblioteca e dos/das bibliotecários/as. Essa dedicação se estendeu à esfera político-partidária, com sua participação ativa nas instâncias municipal e estadual do Partido dos Trabalhadores (PT), revelando um compromisso com as questões sociais e políticas de seu tempo.

No acervo de Jemima Marques, encontramos algumas fotografias, refletindo especialmente o seio familiar e o cotidiano de seu trabalho. Nessa seara documental, os arquivos pessoais são percebidos como meios de acesso ao passado, funcionando como “prova” das trajetórias de seus/suas titulares. Os acervos passam a ser vistos como material cuja preservação deve ser garantida em nome da memória da coletividade.

O que podemos perceber é que os documentos presentes nos arquivos pessoais são fruto de ações e atividades que provêm da necessidade do seu produtor

em registrar algumas de suas ações. São resultados naturais das atividades do indivíduo, o qual registrou suas ações em detrimento das necessidades, desejos e preferências, tanto no contexto da produção quanto para a preservação desses documentos (Hobbs, 2016).

Nesse universo, nos ancoramos em Morigi e Veiga (2007), que destacam que o arquivo precisa ser compreendido em uma dimensão mais ampla, não apenas como local topográfico onde se guardam e preservam documentos, mas sobretudo como um espaço capaz de produzir sentidos.

Na exploração dessa multiplicidade de vestígios documentais presentes no acervo de Jemima Marques, deparamo-nos com um conjunto de marcadores de livro, como ilustra a Figura 8. Esses documentos, revelam um aspecto fundamental de sua identidade: a de leitora. Tal inclinação se robustece ao considerarmos sua biblioteca pessoal, que abriga uma coleção significativa de cerca de 300 títulos, testemunhando seu apreço pelo universo dos livros.

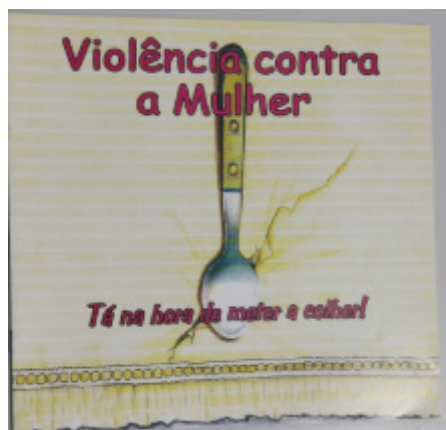
Figura 8: Marcadores de livros.



Fonte: Acervo Jemima Marques.

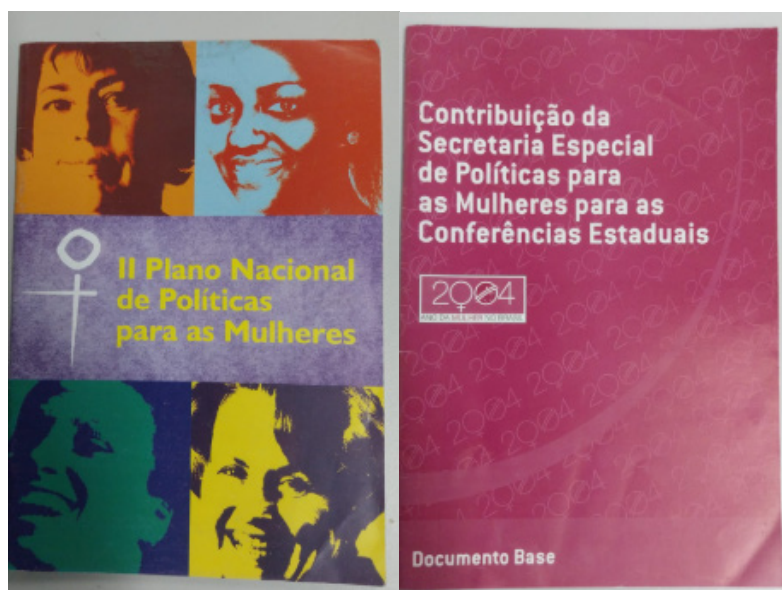
Nos ancorando na obra de Philippe Artiéres, (1998), entendemos que ao acumularmos documentos pessoais, arquivamos a nossa vida. Dessa forma, o acervo pessoal reflete a trajetória da pessoa titular, o que permite-nos percebê-lo como uma espécie de autobiografia. O acervo de Jemima Marques apresenta documentos que revelam o engajamento político da titular na luta contra a violência contra as mulheres (Figuras 09 e 10).

Figura 09: Cartilha sobre Violência contra as Mulheres



Fonte: Acervo Jemima Marques.

Figura 10: Revistas em torno das Políticas para as Mulheres



Fonte: Acervo Jemima Marques.

O arquivo pessoal de Jemima Marques configura-se, assim, como um testemunho de sua atuação multifacetada e engajada, revelando uma trajetória em prol da Biblioteconomia, justiça social e igualdade de gênero, além de revelar sobre a cultura popular do nordeste. Esses aspectos ecoam através de cada item preservado, convidando-nos a revisitar sua história e a conhecer seu legado de intelectual e cidadã atuante em João Pessoa e na Paraíba.

Esses arquivos, embora representem importantes contribuições para a memória local, evidenciam também, a ainda incipiente visibilidade de arquivos de mulheres na cidade de João Pessoa.

## 5 TECENDO ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Os resultados deste estudo apontam que o reduzido número de arquivos pessoais de mulheres em João Pessoa (PB) não é apenas um dado quantitativo, mas um fator que perpetua exclusões na construção da memória coletiva da sociedade. A predominância de acervos de homens reflete as estruturas sociais que historicamente privilegiaram determinadas categorias e silenciaram outras, reafirmando a urgência de iniciativas que assegurem a preservação e difusão desses arquivos, bem como contribuam para seu aumento.

Nesse sentido, a iniciativa de identificar e destacar os arquivos pessoais de mulheres em João Pessoa (PB), embora revele uma realidade de escassez, representa um importante passo para confrontar essa lacuna histórica. O arquivo pessoal de Lourdinha Luna revela uma mulher atuante no cenário literário, em que sua função profissional de secretária ultrapassou os limites de uma atuação passiva. Já o arquivo pessoal de Jemima Marques apresenta a titular como uma professora comprometida com a justiça social e com as pautas da Biblioteconomia, revelando ainda seu lado materno e seu cotidiano.

Entendendo os arquivos pessoais como territórios de narrativas memorialísti-

cas capazes de expressar a trajetória de vida de um indivíduo, de uma organização ou mesmo de uma sociedade (Elias Júnior; Fernandes; Córdula, 2018), percebe-se que, por meio da disponibilização desses acervos, viabiliza-se a disseminação dessas memórias, tanto individuais quanto, especialmente, da memória social, uma vez que transitar pelos acervos é transitar pelas memórias políticas, sociais e culturais da cidade de João Pessoa.

## REFERÊNCIAS

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 9-34, jul. 1998. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2205>. Acesso em: 16 fev. 2025.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Tradução: Paulo Soethe. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

BEARD, Mary. **Mulheres e Poder: um manifesto**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2018.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, v. 45, n.2, p. 26-39, 2009. Disponível: [http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm\\_pdf/2009-2-A02.pdf](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/2009-2-A02.pdf). Acesso em: 16 fev. 2025.

CAMPOS, José Francisco Guelf. Arquivos pessoais: um balanço da literatura recente publicada em periódicos brasileiros. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 30, 2024. DOI: 10.1590/1808-5245.30.138459. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/138459>. Acesso em: 24 fev. 2025.

CÓRDULA, Ana Cláudia Cruz; ALMEIDA, Carla Maria de; OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire; SILVA, Alba Lúcia de Almeida. A dualidade entre o público e o privado: entrefaces dos arquivos pessoais. **Revista Analisando em Ciência da Informação**, v.8, p. 71-84, 2020. Disponível em: <https://revista.uepb.edu.br/racin/article/view/3991>. Acesso: 24 fev. 2025.

COSTA, Luciana Ferreira da. Jemima Marques de Oliveira: origens, vida, contribuições, lembranças e saudades. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 20, p. 1-20, 2024. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/2067>. Acesso: 24 fev. 2025.

DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo: uma impressão freudiana**. Trad. Cláudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

ELIAS JUNIOR, Josemar da Silva; FERNANDES, Taíze Marques; CÓRDULA, Ana Cláudia Cruz. Informação e memória: na trilha do arquivo pessoal. **Biblionline**, João Pessoa, v. 14, n. 1, p. 1-17, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/biblio/article/view/37462>. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1809-4775.2018v14n1.37462>. Acesso: 24 fev. 2025.

FEDERICI, Sílvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FREDERICO, Mariana Sacon. Arquivos, fontes e as lacunas na história das mulheres: o caso da pintora Nicota Bayeux. **História e Cultura**, v. 11, n. 1, p. 270-289, 2022. Disponível em: <https://seer.franca.unesp.br/index.php/historiaecultura/article/view/3593> Acesso: 24 fev. 2025.

HEYMANN, Luciana. O Indivíduo fora do lugar. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, ano XLV, n.2, p.42, 2009. Disponível em: [http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm\\_pdf/2009-2-A03.pdf](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/2009-2-A03.pdf) Acesso: 15 out. 2025.

HOBBS, Catherine. Vislumbrando o pessoal: Reconstruindo traços de vida individual. In: HOBBS, Catherine. EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather (org.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: Editora: UFMG, 2016. p.303-329.

JIMERSON, Randall C. Archives for All: Professional Responsibility and Social Justice. **The American Archivist**, v. 70, n. 2, p.252-281, 2007. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40294571>. Acesso: 24 fev. 2025.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p.357-378.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p.52-83.

MCKEMMISH, Sue. Provas de mim... Novas considerações. In: TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joelle; HEYMANN, Luciana. **Arquivos pessoais**: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013, p.17-44.

MEMÓRIA.doc. Entrevista de Gilson Souto Maior com Lourdinha Luna. Produção Silvia Cabral. 2021. (32 min)  
Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=i-XiIPdzBA> Acesso: 20 out. 2025.

MORIGI, Valdir José; VEIGA, Alexandre. Esfera pública informacional: os arquivos na construção da cidadania. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 17, n. 2, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/639>. Acesso: 24 fev. 2025.

MIÑOSO, Yuderkys Espinosa. Fazendo uma genealogia da experiência: o método rumo a uma crítica da colonialidade da razão feminista a partir da experiência histórica na América Latina. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p.96-119.

OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire de. ROSA, Maria Nilza Barbosa. CÓRDULA, Ana Cláudia Cruz. **Vidas desarquivadas**: memórias que narram os arquivos privados pessoais. João Pessoa, Editora UFPB, 2019.

PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. **Revista Brasileira de História**. v. 9, n. 18, 1989.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: CLASCO, 2005.

REDE DE ARQUIVOS DE MULHERES. Sobre a RAM. Disponível em: <https://redearquivosdemulh.wixsite.com/website-2>. Acesso em: 28 nov. 2024.

SOUZA, Rosale de Mattos. Estudo de gênero nos arquivos e a representação das mulheres na contemporaneidade. **Revista EDICIC**, v. 3, n. 3, 2023. Disponível em: <https://ojs.edicic.org/revistaedicic/article/view/249/267> Acesso em: 06 mar. 2025.